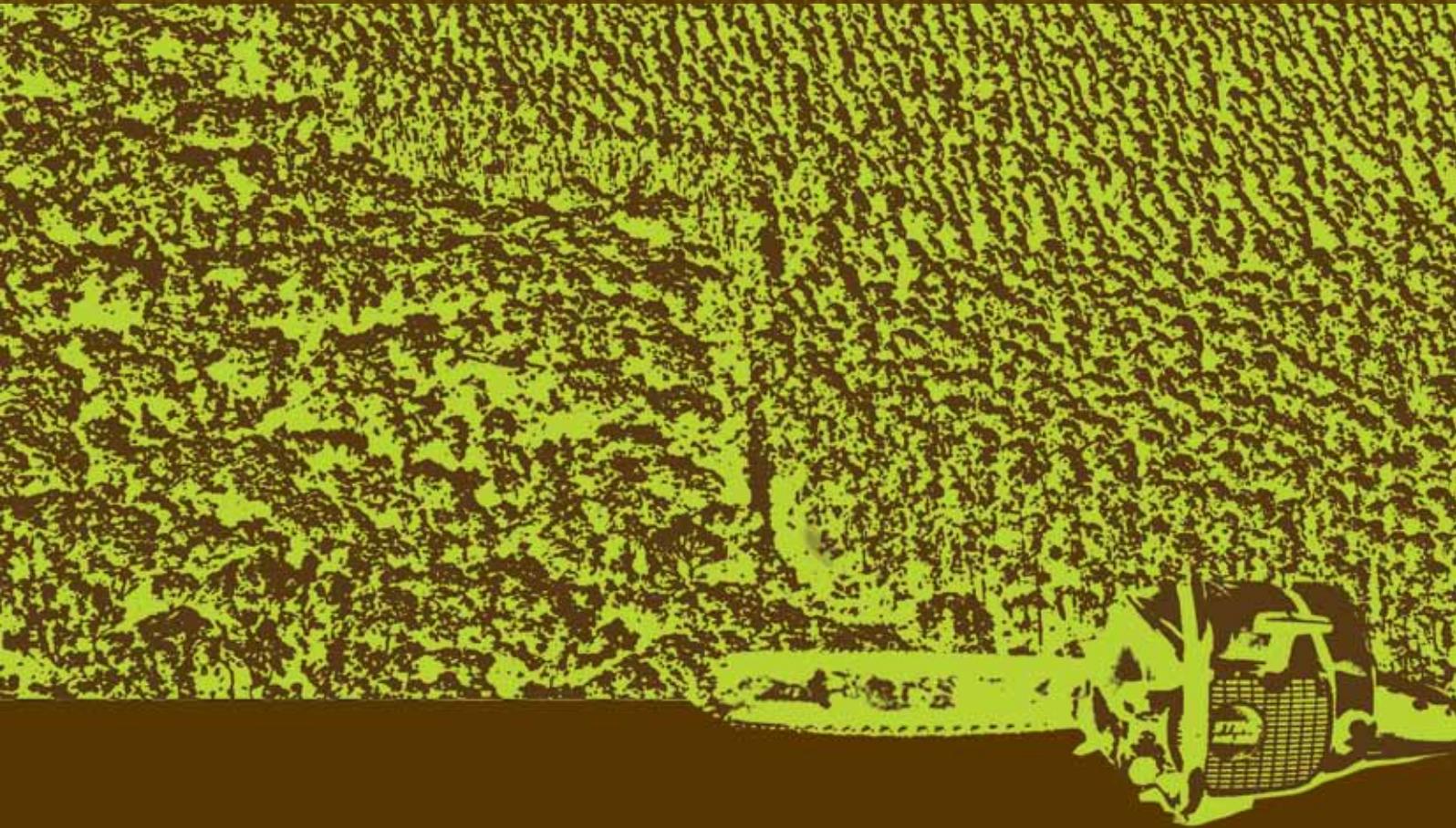


“DESERTO VERDE”

Os impactos do cultivo de eucalipto e pinus no Brasil



“DESERTO VERDE” - Os impactos do cultivo de eucalipto e pinus no Brasil

Organização

Repórter Brasil – Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Apoio

Fundação Rosa Luxemburgo

Projeto gráfico

Gustavo Ohara

Pesquisa

Carlos Juliano Barros

André Campos (colaboração)

Fotografias

Gustavo Ohara

Repórter Brasil

Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina

Equipe do “Escravo, nem pensar!”

Carolina Motoki

Fabiana Vezzali

Natália Suzuki

Thiago Casteli

Equipe do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis

Antonio Biondi

Marcel Gomes

Verena Glass

www.escravonempensar.org.br

www.agrocombustiveis.org.br

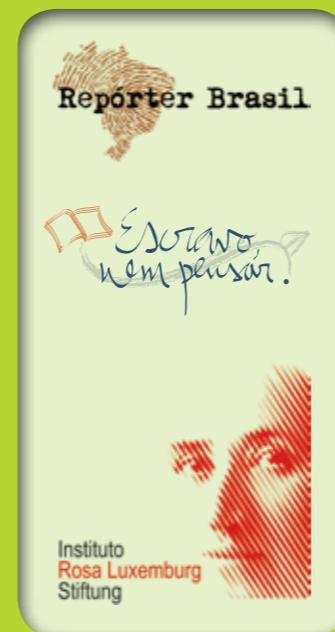
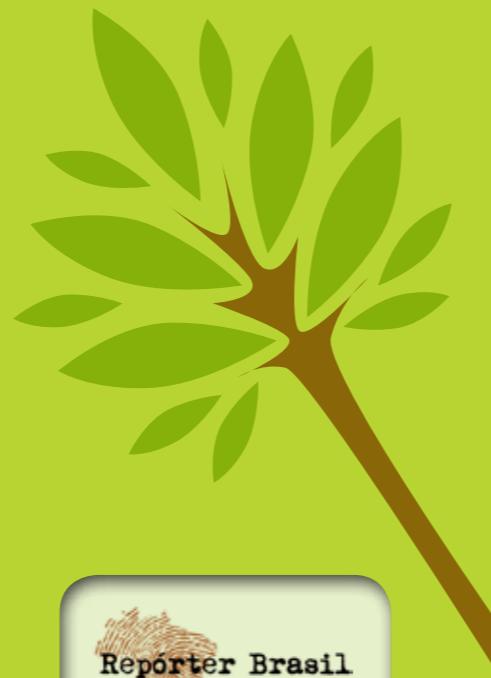
Impresso no Brasil

2 mil exemplares

Distribuição gratuita

2011

Copyright - esta obra pode ser reproduzida
desde que citada a fonte.



“DESERTO VERDE” - Os impactos do cultivo de eucalipto e pinus no Brasil

APRESENTAÇÃO	4
Problemas Ambientais	7
Problemas Trabalhistas	9
A Geografia das Plantações	13
O Caso Mapito - Maranhão, Piauí e Tocantins	16
Conflitos e Resistência	20
Para debater o tema	24



APRESENTAÇÃO

Cada vez mais ganha destaque o chamado “reflorestamento”, muitas vezes apresentado como solução para reduzir a degradação do meio ambiente. As plantações em larga escala de eucalipto e pinus, também conhecidas como silvicultura, abastecem principalmente indústrias de papel e celulose, fábricas de móveis e de produtos de madeira, além de siderúrgicas que necessitam de carvão vegetal para produção de ferro-gusa, componente na fabricação do aço. O monocultivo dessas duas árvores vem tomando espaço no campo brasileiro, com forte investimento do governo federal.

As plantações de eucalipto e pinus ocupam 6,5 milhões de hectares de norte a sul do país.

Em um hectare de eucalipto, as variedades plantadas no Brasil rendem até 44 metros cúbicos de madeira por ano, mais do que as plantadas em outros países.

Especificamente no caso da celulose, os preços chegaram a bater recorde histórico em 2011, com a tonelada na casa dos 900 dólares.

640 mil empregos diretos são gerados.

O Brasil é o maior produtor de celulose branqueada do mundo.



Os números

O governo federal irá lançar um plano para mais do que dobrar a área de plantios nos próximos 20 anos.

Em 2010, o valor bruto da produção alcançou R\$ 51, 8 bilhões.

Nos últimos três anos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou aproximadamente R\$ 8 bilhões para financiar do plantio ao processamento industrial de eucalipto.

Fonte: Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis



Apesar do suporte oficial e da pujança econômica do setor, a verdade é que há tempos a expansão do complexo agroindustrial apoiado na monocultura em larga escala de **árvores exóticas** vem sendo objeto de pesadas críticas feitas por movimentos sociais, organizações não-governamentais e até mesmo autoridades – como procuradores do Ministério Público Federal. Na contramão do discurso de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social defendido por empresários e integrantes do próprio governo, que preferem chamar as plantações de “reflorestamento”, estão diversas entidades da sociedade civil. Reunidas, principalmente, na Rede Alerta Contra o Deserto Verde, denunciam **impactos de ordem social**, como o avanço da monocultura sobre territórios ocupados tradicionalmente por povos indígenas, quilombolas e camponeses, além de **consequências negativas para o meio ambiente**, como a redução da biodiversidade e esgotamento de cursos d’água nas áreas em que as plantações de eucalipto e pinus têm firmado raízes.

Pinus e eucalipto são considerados árvores exóticas porque não são nativos do Brasil, ou seja, não fazem parte dos biomas em que vêm sendo plantadas. Há diversas espécies de pinus nos países do hemisfério norte. O eucalipto, por sua vez, é oriundo da Austrália.

Esta cartilha irá apresentar dados sobre a expansão dessas plantações e abordar os problemas que ela tem gerado em vários cantos do país. Serão identificados os principais atores envolvidos nos **conflitos pelo acesso a terra, água e recursos naturais**. Daremos mais destaque para a região chamada de “Mapito”, que compreende os Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, e também será apresentado um mapa sobre a expansão do eucalipto tanto nos locais em que as plantações estão consolidadas há décadas, como São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, como nos Estados que ainda passam por um processo de expansão de sua fronteira agrícola e que, atualmente, recebem significativos investimentos, principalmente voltados à produção de papel e celulose. Nesse segundo caso, enquadra-se, além da região do Mapito, o Mato Grosso do Sul.

Monocultivo X Reflorestamento

Utilizamos o termo monocultivo de eucalipto e pinus por considerar que uma floresta abriga grande diversidade de espécies de flora e fauna, o que não ocorre no caso das plantações dessas árvores. Para matar as gramíneas e outras plantas que podem inviabilizar o plantio comercial, há uso intenso de agrotóxicos. Depois de um tempo, não crescem outras plantas, e a plantação se transforma praticamente em um deserto – daí a denominação de “deserto verde”.



Problemas ambientais

Uma das questões mais controversas envolvendo o setor diz respeito aos impactos ambientais gerados pelos plantios de eucalipto e pinus, sobretudo, às avaliações de que essas árvores exóticas **consomem muita água** e contribuem para a diminuição do fluxo de rios e córregos – e até para a seca completa. O setor empresarial defende a atividade de “**florestas plantadas**” como ambientalmente correta e enumera pontos positivos, como a alta taxa de sequestro de gás carbônico (um dos vilões do aquecimento global) e a restauração de áreas degradadas, principalmente, por pastagens.

Por outro lado, ambientalistas e entidades de luta pela terra preferem chamar as plantações de “**deserto verde**” e sustentam que as monoculturas não podem ser consideradas “florestas”, devido à pequena biodiversidade em seu interior. Apoiados em pesquisas e nos conhecimentos de comunidades tradicionais e de pequenos agricultores, essas entidades defendem o ponto de vista de que as plantações podem, sim, gerar drásticos impactos nos cursos d’água.

Iremos apresentar por que nos posicionamos ao lado da segunda vertente, como demonstra o título desta cartilha:

✿ Os eucaliptos plantados no Brasil são de **rápido crescimento**, ou seja, produzem mais biomassa por ano se compararmos com outras espécies. Para tanto, necessitam de maior consumo de água em comparação com a vegetação nativa ou outras plantações de menor porte. Isso pode causar **redução significativa do recurso hídrico** das bacias de áreas onde estão instaladas.

✿ O manejo não adequado das plantações pode contribuir para a **erosão** e para a **perda de nutrientes**. Qualquer monocultura em larga escala, seja ela uma vasta pastagem, uma lavoura de soja ou uma plantação de cana-de-açúcar, contribui para o **desgaste de recursos naturais** – como o solo – essenciais à preservação da integridade das fontes de água. Não raro, o plantio de eucalipto e pinus se instala em locais de histórico desrespeito à legislação ambiental, onde os danos se encontram acumulados há décadas pelo mau uso do espaço agrícola. Devido à extensão e ao adensamento das árvores, que crescem em rápida velocidade, as fontes de água e o solo são ainda mais deteriorados.

✿ O **tamanho das plantações** é outro fator importantíssimo. Estudo realizado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) em 2010 sustenta que não há impactos significativos desde que as plantações florestais ocupem até 20% da área da microbacia hidrográfica em que ela se localiza. O problema é que as plantações de eucalipto ocupam áreas imensas e, não raro, esse limite é desrespeitado, provocando alterações.

Código Florestal

A reforma do Código Florestal, em trâmite no Congresso Nacional em 2011, pode trazer impactos negativos relacionados à expansão das plantações de eucalipto e pinus. O setor empresarial, representado pela Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abraf), defende “o reconhecimento e a autorização de permanência das áreas de florestas plantadas consolidadas em topos de morro”, que hoje são considerados Áreas de Preservação Permanente (APPs) pela legislação. O plantio em topos de morro é uma das principais irregularidades apontadas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo nas ações que o órgão vem movendo contra as companhias de celulose e papel que cultivam eucalipto no Vale do Paraíba. Além disso, em seu Anuário Estatístico de 2011, a Abraf defende “a inclusão das áreas de preservação permanente no cômputo das áreas de reserva legal” e “a isonomia entre os cultivos de florestas plantadas e as demais culturas agrícolas, itens que estão contemplados no Substitutivo do Deputado Aldo Rebelo, em tramitação na Câmara dos Deputados [na época]”.

Problemas trabalhistas

“Eles estavam acampados em barracos de lona, sem qualquer condição, utilizando a água tirada direto de um córrego, sem qualquer tratamento, para beber, para higiene pessoal e para preparar os alimentos que eles próprios custeavam. Além disso, eles dormiam em colchões finos, vendidos, e não disponibilizados pelo empregador, como é previsto pela legislação”, relata a auditora fiscal Camila Vilhena. Os trabalhadores haviam sido contratados por um “gato”, um agenciador de mão de obra, a mando do proprietário da fazenda, que foi obrigado a pagar R\$ 30 mil em multas e verbas rescisórias a fim de regularizar a situação. A situação descrita acima, cenário comum em fazendas de pecuária na Amazônia onde há flagrante de trabalho escravo, foi encontrada pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego em ação entre os dias 15 e 17 de setembro de 2011, quando foram libertados 16 trabalhadores empregados no corte de eucalipto em uma fazenda localizada no município de Vianópolis (GO), no entorno do Distrito Federal. A turma encontrada pelos auditores fiscais do Trabalho não dispunha de equipamentos de proteção individual e estava alojada em instalações absolutamente precárias. Também havia trabalhadores que operavam motosserra sem o devido treinamento para a função.

A expansão do monocultivo de eucalipto e pinus no Brasil vem sendo acompanhada pelo aumento das denúncias e dos flagrantes de **violações à legislação trabalhista e aos direitos humanos**, como se verifica nesse recente caso. No segundo semestre de 2011, na chamada “**lista suja**” do trabalho escravo, constavam exatos 20 produtores de pinus e eucalipto, de um total de 249 empregadores.

A “**lista suja**” é um cadastro atualizado a cada seis meses pelo Ministério do Trabalho e Emprego com os dados dos empregadores flagrados pelo Grupo Móvel de Fiscalização utilizando mão de obra escrava.

De acordo com Lilian Rezende, auditora do Ministério do Trabalho e Emprego e coordenadora da fiscalização do trabalho rural em Santa Catarina, os casos de extrema degradação são mais frequentes entre as **empreiteiras terceirizadas**, prestadoras de serviço aos fornecedores de madeira para fábricas de móveis e de lenha para as indústrias que necessitam do insumo para aquecer caldeiras, como os frigoríficos, por exemplo.



Terceirização

Nas plantações voltadas à produção de papel e celulose, os problemas trabalhistas são de outra natureza, mas também decorrem da terceirização do corte das árvores, prática utilizada até mesmo nas fazendas de propriedade das indústrias desse segmento. Em Santa Catarina, por exemplo, a principal contratadora de terceirizadas para o corte de pinus e eucalipto é a Klabin – líder no mercado brasileiro de papéis para embalagem e maior produtora nacional de toras e chapas de madeira oriunda de plantações. Seu faturamento bruto em 2010 foi de R\$ 4,4 bilhões. A auditora Lilian Rezende reconhece que a corporação até consegue ter algum controle sobre suas prestadoras de serviço, impedindo que elas submetam seus empregados a condições de trabalho degradantes, como as que caracterizam uma relação de escravidão. Mas isso nem de longe quer dizer que a terceirização não gere **problemas graves** – que, na avaliação da auditora, repetem-se em quase todo o país:

HORA EXTRA

“A Klabin celebra contratos com firmas que não têm estrutura econômica para negociar e acaba impondo os termos e determinando os preços”, afirma Lilian. Uma vez assinados esses contratos, as prestadoras de serviço se comprometem a colher uma determinada quantidade de toras por mês e fazem o que for necessário para **cumprir essa meta**, mesmo que ocorram imprevistos. “Aqui na região chove muito e, quando chove, não passa caminhão”, exemplifica Lilian. “Então, quando chega perto do final do mês e as terceirizadas percebem que não vão cumprir a cota, o que elas fazem? Hora extra além da conta: os operários precisam trabalhar de sábado e de domingo para poder cumprir o combinado, porque a Klabin só paga o valor do que for produzido”, completa a auditora.

ACIDENTES E DOENÇAS CRÔNICAS

O excesso de jornada em uma atividade absolutamente pesada, enquadrada no Grau de Risco 3 (o limite é 4) devido à exposição constante a **motoserras e a maquinário pesado**, sem falar no contato frequente com **agrotóxicos**, aumenta a possibilidade de acidentes e contribui para o desenvolvimento de doenças crônicas que se manifestam no longo prazo. Na avaliação da auditora fiscal, ao optar pela terceirização, a companhia papelreira está, na realidade, **transferindo os riscos** inerentes ao seu empreendimento econômico – de exploração da madeira para fins industriais – a uma empresa com menos estrutura.

Há ainda outros problemas decorrentes da terceirização dignos de nota. O baixo número de operários nas pequenas empreiteiras faz com que sejam mais brandas as exigências para se constituírem a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes ou o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, equipe composta por médicos, enfermeiros e outros profissionais que tem a missão de promover a saúde e proteger a integridade física dos trabalhadores. Se todos os empregados que fazem a extração das árvores fossem registrados na Klabin, por exemplo, a exigência da lei no sentido de proteger a saúde dos trabalhadores seria muito maior. Isso porque a legislação se torna mais restritiva de acordo com o grau de risco a que uma determinada empresa se dedica e ao número de funcionários que ela possui.

Acabar com a terceirização

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) vêm investindo tanto no diálogo com as empresas de celulose e papel como em ações na Justiça para colocar um ponto final na terceirização. O objetivo é fazer com que a Klabin – e todas as companhias do segmento – **assumam a contratação direta** dos trabalhadores responsáveis pelo corte do eucalipto e do pinus.

Hoje, o Tribunal Superior do Trabalho não permite que a atividade-fim a que se dedica uma empresa seja terceirizada – essa possibilidade só existe para serviços como limpeza e vigilância patrimonial. Vale esclarecer que a Klabin, por exemplo, produz toras de madeira e papel a partir do eucalipto e do pinus. Dessa maneira, no entendimento do MTE e do MPT, sua atividade-fim depende diretamente das plantações.

Acabar com a política de terceirização do corte das árvores adotada pela Klabin também é necessário por outro motivo: fazer com que a companhia sirva de exemplo positivo. Isso porque as práticas da papelreira são modelo para empresas de menor porte – como fornecedoras de matéria-prima para móveis, por exemplo –, que também não se sentem obrigadas a contratar diretamente os operários que fazem a extração do eucalipto e do pinus. “Só que elas acabam chamando prestadoras de serviço que oferecem condições muito precárias aos trabalhadores”, finaliza a auditora fiscal do trabalho.



A Geografia das Plantações

A geografia das plantações de eucalipto e pinus no Brasil vem sendo profundamente alterada, com a incorporação de áreas mais distantes do Centro-Sul do país. Segundo o Anuário Estatístico de 2011 da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (Abrap), entidade que reúne empresas do setor, “os níveis atuais de preços de terras em mercados consolidados (São Paulo, Paraná e Santa Catarina) estão incentivando a migração da atividade florestal para áreas denominadas de ‘novas fronteiras florestais’, onde se observa o aumento dos plantios de *Eucalyptus*, como o caso dos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Ressalta-se que são os investimentos de grandes empresas produtoras de celulose e painéis de madeira os maiores contribuintes para o financiamento desses novos plantios”.

Veja na próxima página a distribuição das plantações de eucalipto no Brasil.



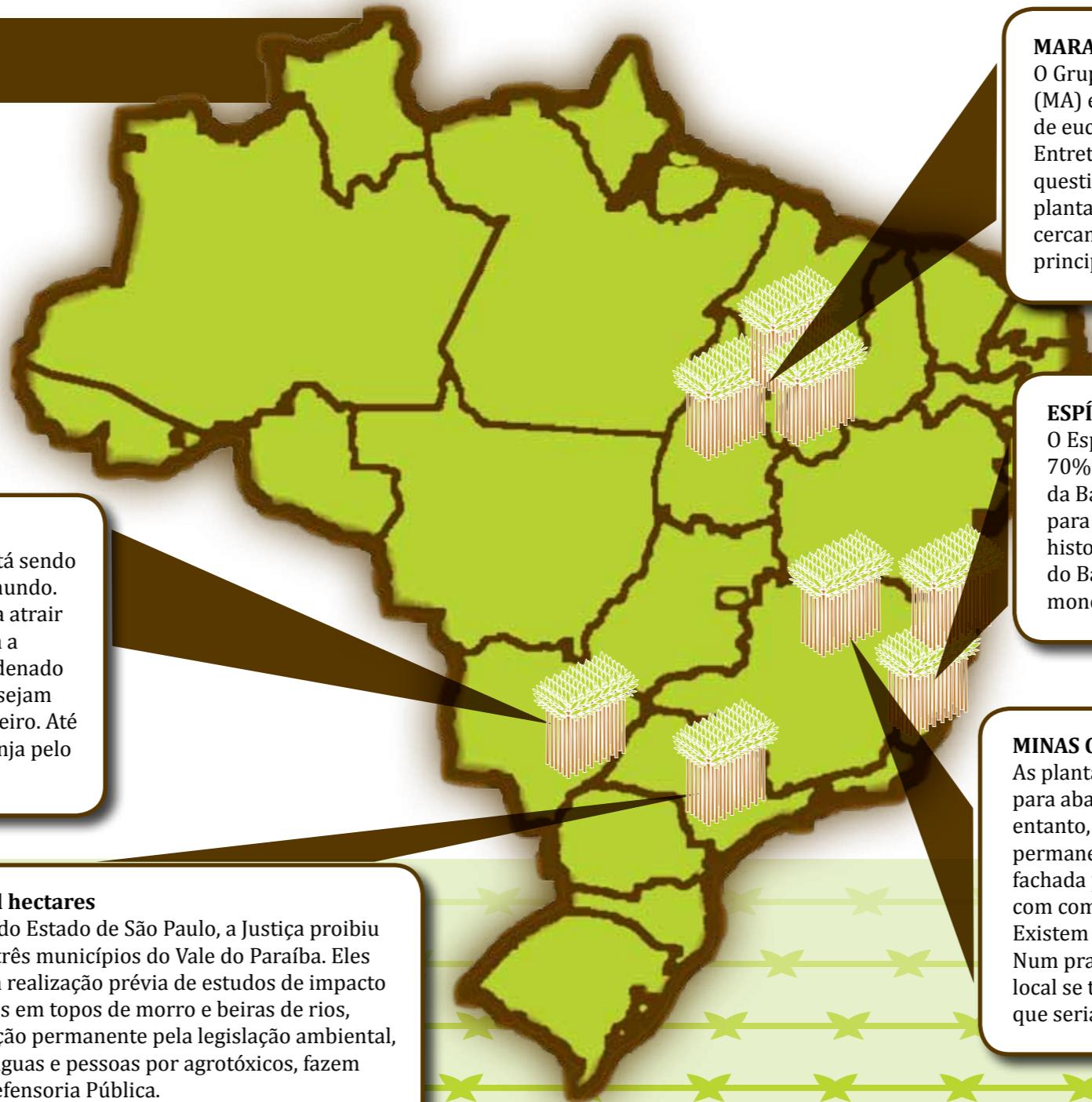
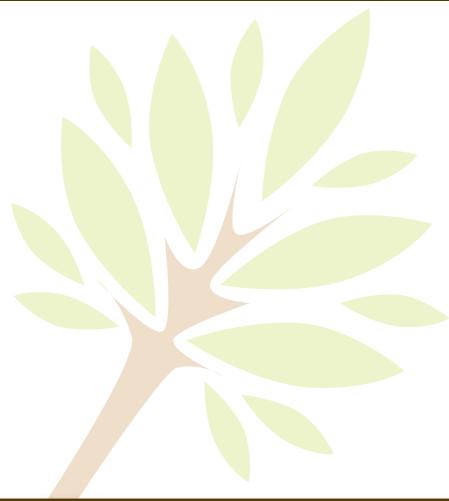
Os números

No Brasil, a região sudeste concentra 55,8% de todo o eucalipto plantado no país. Se adicionarmos os Estados da Bahia, do Mato Grosso do Sul, do Paraná e do Rio Grande do Sul, essa proporção salta para 86,1%.

O plantio de pinus concentra-se de forma esmagadora na região sul, com 79,8% da área total plantada no país.

Em 2010, os Estados que apresentaram os maiores índices de crescimento da área de plantios foram o Mato Grosso do Sul (27,4%), Maranhão (10,2%), Tocantins (7,2%), Minas Gerais (6,7%) e Pará (6,4%).

O eucalipto no Brasil



MATO GROSSO DO SUL - 378 mil hectares

Na região de Três Lagoas, na divisa com o Estado de São Paulo, está sendo erguido o maior complexo agroindustrial de papel e celulose do mundo. Incentivos fiscais e flexibilização da legislação ambiental ajudam a atrair empresas do setor. Na área rural, o avanço do eucalipto já impacta a produção de alimentos. Na zona urbana, o fluxo migratório desordenado para alimentar obras do parque industrial faz com que operários sejam alojados em lugares precários, onde 50 pessoas dividem um banheiro. Até o início da próxima década, o setor espera que a área plantada atinja pelo menos um milhão de hectares no Estado.

SÃO PAULO - 1 milhão e 44 mil hectares

A pedido da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a Justiça proibiu novos plantios de eucalipto em três municípios do Vale do Paraíba. Eles só serão autorizados mediante a realização prévia de estudos de impacto ambiental. Denúncias de plantios em topos de morro e beiras de rios, consideradas áreas de preservação permanente pela legislação ambiental, além da contaminação de solo, águas e pessoas por agrotóxicos, fazem parte das ações movidas pela Defensoria Pública.

MARANHÃO, PIAUÍ e TOCANTINS - 236 mil hectares

O Grupo Suzano pretende construir fábricas de celulose em Imperatriz (MA) e Palmeirais (PI) que serão abastecidas por vastas monoculturas de eucalipto nas regiões onde serão instaladas e no norte do Tocantins. Entretanto, procuradorias do Ministério Público Federal nos três Estados questionam na Justiça o licenciamento ambiental das indústrias e das plantações. Entidades de defesa dos direitos humanos denunciam cercamento de áreas coletivas exploradas por comunidades tradicionais, principalmente, na região do Baixo Parnaíba (MA).

ESPÍRITO SANTO e BAHIA - 203 mil hectares + 631 mil hectares

O Espírito Santo abriga um porto responsável pelo embarque de quase 70% de toda a celulose exportada pelo Brasil, inclusive daquela que vem da Bahia. Apesar da importância que esses dois Estados representam para um dos setores mais proeminentes do agronegócio nacional, historicamente, as terras que englobam o norte do Espírito Santo e o sul do Bahia constituem o palco mais notório dos conflitos decorrentes do monocultivo do eucalipto em todo o país.

MINAS GERAIS - 1 milhão e 400 mil hectares

As plantações destinam-se, principalmente, à produção de carvão vegetal para abastecimento do parque siderúrgico instalado no Estado. No entanto, há denúncias de plantios de eucalipto em áreas de preservação permanente e de esquemas criminosos que utilizam as plantações como fachada para “legalizar” o carvão produzido de forma predatória. Conflitos com comunidades tradicionais já causaram até a morte de um agricultor. Existem planos para elevar a área plantada para 3,8 milhões de hectares. Num prazo de 10 anos, o objetivo é fazer com que o setor de ferro-gusa local se torne auto-sustentável em carvão plantado. Para tanto, calcula-se que seriam necessários investimentos da ordem de R\$ 15 bilhões.



O caso Mapito

Maranhão, Piauí e Tocantins

A plantação de árvores exóticas está longe de ser uma atividade econômica nova no chamado “Mapito” – fronteira agrícola cobiçada pelo agronegócio que engloba o Maranhão, o Piauí e o Tocantins. Estima-se que das plantações de eucalipto localizadas nesses três Estados, e também no Pará, saiam 30% do **carvão vegetal** necessário ao funcionamento dos altos-fornos das usinas de ferro-gusa do **pólo de Carajás**; os 70% restantes são oriundos, basicamente, da exploração ilegal de mata nativa.

O Pólo Siderúrgico de Carajás engloba 15 indústrias e se situa no sudeste do Pará, principalmente no entorno do município de Marabá, e no oeste do Maranhão – sobretudo, nas redondezas de Açailândia. Mas a produção de carvão vegetal do Mapito também chega às siderúrgicas de Minas Gerais. O Pólo Siderúrgico mineiro, o maior do país, concentra mais de 60 fábricas e tem seu eixo na cidade de Betim, reunindo as principais indústrias automobilísticas sediadas no Brasil.



O Grupo Suzano – com incentivo e financiamento do BNDES – está erguendo um complexo agroindustrial bilionário que deve consolidar o Mapito como uma das principais frentes de **produção de celulose** em todo o Brasil, nos próximos anos. Por volta do ano de 2014, quando as duas fábricas estiverem funcionando a pleno vapor – a primeira em Imperatriz (MA) e a segunda em Palmeiras (PI) –, a previsão é de que a produção da Suzano, estimada hoje em 1,7 milhão de toneladas de celulose por ano, seja praticamente triplicada.

Apenas para a construção da fábrica no Maranhão, o Grupo Suzano conseguiu financiamento de R\$ 2,73 bilhões do BNDES, em dezembro de 2010. No Piauí, o montante a ser desembolsado não fica muito atrás: R\$ 2,3 bilhões. Além da construção do parque industrial e da compra de terras para plantio de eucalipto, os investimentos também preveem grandes obras de logística. Dentre as principais, destacam-se uma estrada que vai conectar a fábrica de Imperatriz à rodovia Belém-Brasília, além de uma linha de trilhos de 33 quilômetros que será interligada à Ferrovia Norte-Sul, facilitando o escoamento da produção de celulose dos dois Estados.

A verdade é que diversas pendências socioambientais vêm colocando em xeque a sustentabilidade dos empreendimentos. Denúncias feitas por organizações da sociedade civil encaminhadas às procuradorias do Ministério Público Federal no Maranhão, no Piauí e no Tocantins têm motivado uma série de Ações Cíveis Públicas que deixam sob suspeita a viabilidade socioambiental do megaprojeto do Grupo Suzano no Mapito.

Conflito por terra, água e recursos naturais no Maranhão...



No Estado, a Suzano já dispõe de aproximadamente 154 mil hectares de eucalipto para abastecer a fábrica que será erguida em Imperatriz. Desse total, segundo a companhia, ao menos 70% são de terras próprias. Apenas no nordeste do Estado, na região chamada de “Baixo Parnaíba”, banhada pela bacia hidrográfica do rio que marca a divisa com o Piauí, a Suzano obteve licença para implementar 45 mil hectares espalhados por nove municípios.

Na avaliação do Ministério Público Federal do Maranhão, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e do Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba Maranhense, essa região exemplifica de forma cabal os dramáticos impactos sociais do monocultivo em larga escala do eucalipto. Isso porque lá vivem mais de uma centena de **comunidades rurais** que se dedicam basicamente à agricultura para autoconsumo e à criação de animais em **terras de uso coletivo** – atividades que vêm sendo extremamente prejudicadas pelo brotamento dos eucaliptais, nos últimos cinco anos.

Formados por **descendentes de quilombolas e de camponeses** que habitam a região há diversas gerações, alguns desses povoados se transformaram em verdadeiras “ilhas” cercadas pelas árvores exóticas. O **isolamento** também tem prejudicado outra valiosa fonte de recursos para essas comunidades: o **extrativismo** de espécies nativas do cerrado, como o pequi e o bacuri. “Essa produção vem caindo vertiginosamente, pois a vegetação nativa, rica em bacurizeiros, vem sendo desmatada para dar lugar ao deserto verde de eucaliptos”, explica Igor Almeida, advogado da SMDH.



Por se tratar de uma região em que as comunidades utilizavam a terra de forma livre e coletiva, principalmente para a criação de pequenos animais, também é questionada a **legitimidade dos títulos** das áreas em que a Suzano tem implementado as plantações de eucalipto. No entendimento das entidades que prestam assessoria às comunidades atingidas pelo empreendimento, há indícios de que, na realidade, essas terras sejam públicas. “Desde meados da década de 1970, a região sofre um intenso processo de **grilagem**. Isso é algo que vem sendo comprovado, inclusive, pela Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão, que já suspendeu as atividades de alguns cartórios na região, afastando seus titulares”, afirma o advogado da SMDH.



Os impactos denunciados pelas entidades de defesa dos direitos humanos já viraram objeto de um inquérito e de uma Ação Civil Pública no âmbito do Ministério Público Federal. “Naquela região, está ocorrendo uma modificação preocupante nas áreas de Cerrado, um bioma extremamente ameaçado no Brasil. Além disso, a população do Baixo Parnaíba historicamente se valia de uma economia tradicional para se manter, com a preservação da mata. Porém, agora, isso não será mais possível com esse empreendimento”, avalia Alexandre Soares, procurador da República. Ele afirma que algumas comunidades do Baixo Parnaíba chegaram inclusive a pleitear perante o órgão de terras do Estado (o Iterma) a demarcação de algumas dessas áreas em seu benefício, tendo em vista a ocupação tradicional que desenvolviam. Porém, esse pedido acabou não sendo contemplado.

Além da querela fundiária, existe ainda um grave conflito por conta do **acesso à água** nas comunidades rurais do Baixo Parnaíba. De acordo com a SMDH, caminhões-pipa das empresas que prestam serviço ao Grupo Suzano retiram indiscriminadamente de pequenos rios e igarapés a água necessária para o plantio do eucalipto. Na percepção das famílias locais, isso tem acelerado a degradação dessas fontes, agravando ainda mais a já complicada qualidade de vida da população local. Segundo Igor Almeida, advogado da SMDH, “a região sofre com um período de estiagem durante cerca de cinco a seis meses por ano. Essas são as fontes hídricas disponíveis para a agricultura, a criação de animais e para a utilização humana durante esse período”.



... e degradação no Piauí

No Piauí, o Ministério Público Federal já ajuizou duas Ações Cíveis Públicas questionando o empreendimento do Grupo Suzano, relacionadas aos impactos ambientais gerados pelo plantio de eucalipto. A monocultura pode chegar a 170 mil hectares em todo o Estado, podendo comprometer, inclusive, áreas de **Mata Atlântica**. Para completar o quadro de objeções, assim como ocorre no Maranhão, o órgão também suspeita de que as terras adquiridas para o plantio do eucalipto sejam, na verdade, públicas.

Além disso, o Ministério Público Federal aponta uma série de problemas no estudo de impacto ambiental para licenciamento da indústria de celulose que será erguida no município de Palmeirais, com consequências que podem ecoar até mesmo na capital Teresina. Uma das principais preocupações diz respeito à **integridade do rio Parnaíba**, que divide Maranhão e Piauí. Diariamente, segundo o estudo de impacto ambiental realizado pela própria Suzano, serão captados 168 mil metros cúbicos de água para operação da fábrica de Palmeirais. E os resíduos da produção industrial vão ser despejados diretamente em suas águas.

O procurador Tranvanvan Feitosa defende que o Ibama assumira a missão de conduzir o licenciamento de todo o complexo agroindustrial. Atualmente, esse processo está a cargo da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semar) do governo estadual. A necessidade de transferir o licenciamento para o governo federal fundamenta-se na tese de que o alcance do empreendimento do Grupo Suzano, definitivamente, não é local. Isso porque ele envolve não apenas o território do Piauí, mas também o do Maranhão e o do Tocantins. Por esse motivo, o Ministério Público Federal entende que os impactos precisam ser mensurados em âmbito regional.





Conflitos e Resistência

Minas Gerais



As áreas usadas pelas empresas chamadas de “reflorestadoras” avança sobre territórios ocupados por **populações tradicionais** em Minas Gerais. Dentre os encurralados pelo eucalipto figuram, por exemplo, os “geraizeiros” – famílias que se dedicam a roças para autoconsumo e à criação de animais soltos pela vegetação nativa. Instaladas há séculos nos planaltos, encostas e vales mineiros, tais comunidades possuem um modo de vida que depende diretamente do aproveitamento da lenha, dos frutos, das ervas medicinais e dos recursos hídricos oferecidos pelo **Cerrado**.

Os conflitos por terra entre empresas plantadoras de eucalipto e comunidades tradicionais mineiras culminaram até em um episódio de **homicídio**, envolvendo a siderúrgica **V&M**. Só nos municípios mineiros de Bocaiúva, Guaraciama e Olhos D’água, onde ocupa terras desde a década de 1970, a companhia possui mais de 35 mil hectares em fazendas contíguas – um verdadeiro oceano de eucalipto que colocou a V&M em rota de colisão com pequenos agricultores da região.

A V&M do Brasil é considerada uma siderúrgica integrada por executar todas as etapas da transformação do minério de ferro em aço. Seu parque industrial localiza-se em Belo Horizonte (MG) e é abastecido pela V&M Mineração, fornecedora do minério de ferro, e pela V&M Florestal, fundada em 1969 para produzir e fornecer carvão vegetal. Essa segunda empresa possui 232 mil hectares de eucaliptos distribuídos por 22 municípios mineiros.

Na comunidade de Canabrava, composta por cerca de 70 famílias cujas casas localizam-se a poucos metros das plantações de eucalipto, há queixas sobre **assoreamento de rios e córregos** depois da chegada da monocultura. O **desmatamento** do Cerrado nativo para o plantio de árvores exóticas impediu ainda que os agricultores tivessem acesso a lenha e a frutas nativas e também restringiu as áreas de criação de pequenos animais. Os conflitos atingiram o ápice em fevereiro de 2007. Naquele ano, o lavrador Antônio Joaquim dos Santos, de 32 anos, foi morto a tiros por seguranças terceirizados da V&M. Eles alegaram à polícia terem agido sob ameaça de ladrões de lenha que haviam invadido as terras da reflorestadora – tipo de ocorrência, segundo a V&M, comum na região. O caso ainda não foi julgado pela Justiça.

Espírito Santo

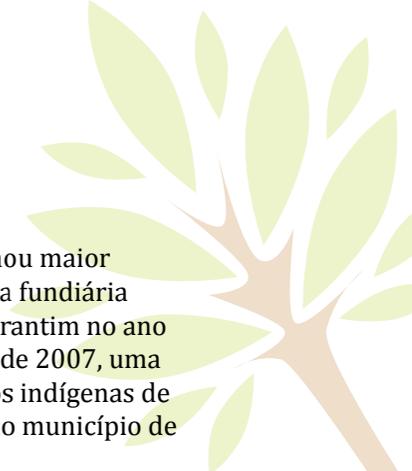


INDÍGENAS RECONQUISTARAM SUAS TERRAS

O caso de conflitos a partir da invasão de eucaliptos a comunidades tradicionais que ganhou maior notoriedade nos meios de comunicação dentro e fora do país foi a longa e acirrada disputa fundiária travada entre a Aracruz Celulose – empresa que, depois de ser adquirida pelo Grupo Votorantim no ano de 2009, deu origem à Fibria – e os **povos indígenas Guarani e Tupiniquim**. Em agosto de 2007, uma portaria assinada pelo então ministro da Justiça, Tarso Genro, determinou a devolução aos indígenas de uma área de 11 mil hectares tomada por plantações de eucalipto, localizada justamente no município de Aracruz.

Apesar de a própria Fundação Nacional do Índio (Funai) ter realizado pesquisas comprovando que a área em litígio era tradicionalmente ocupada pelos povos indígenas, a empresa contestava os estudos e afirmava possuir documentos que demonstrariam que as terras teriam sido supostamente adquiridas segundo trâmites legais. A briga só chegou ao fim depois da publicação da portaria do Poder Executivo e da realização de uma espécie de acordo pelo qual a empresa se comprometeu a não questionar na Justiça a demarcação da terra indígena.

Porém, como uma espécie de “compensação”, ficou acertado que a Aracruz Celulose poderia extrair os eucaliptos plantados nos 11 mil hectares. Além disso, para colocar um ponto final no imbróglio fundiário e finalmente retomar suas terras de direito, os indígenas também aceitaram retirar as ações judiciais que moviam contra a empresa. Uma delas dizia respeito à famigerada **campanha racista** feita contra os guaranis e tupiniquins por meio de *outdoors* espalhados no município capixaba, no ano de 2006, em que se lia a seguinte frase: “A Aracruz trouxe o progresso. A Funai, os índios”.



Vencida a difícil etapa da retomada dos seus territórios tradicionais, os indígenas agora têm outro desafio não menos complicado pela frente: retomar a produção agrícola nos solos absolutamente degradados pelos anos de monocultura. “É uma terra ecologicamente muito desequilibrada. Inclusive, há uma aldeia em que já existem 22 famílias fazendo plantio de milho, de feijão. No entanto, o cacique diz que é um trabalho de médio a longo prazo”, comenta Winnie Overbeek, representante do World Rainforest Movement (WRM) e da Rede Alerta Contra o Deserto Verde. Ele também revela a existência de planos de reflorestamento da área com espécies nativas. “Mas é uma tragédia: para plantar eucalipto, você tem todos os incentivos do mundo. Para árvores nativas, não existe nenhum estímulo”, lamenta.

QUILOMBOLAS AINDA LUTAM POR SUAS TERRAS

Se os povos indígenas conseguiram retomar parte do território a que têm direito, o mesmo não se pode dizer ainda das **comunidades quilombolas** do nordeste do Espírito Santo. Na zona rural dos municípios capixabas de São Mateus e Conceição da Barra, numa área conhecida como Sapê do Norte, existem ao menos 1,5 mil famílias atingidas diretamente pelo eucalipto que vêm se organizando para conquistar **posse legal das terras** em que vivem há centenas de anos.

Dividida em 34 comunidades formadas basicamente por descendentes de quilombolas, essa população se dedica a roças de mandioca, milho e feijão. Também produz farinha e beiju, artigos comercializados nas cidades próximas aos povoados, sem falar ainda na pesca e no extrativismo praticado em áreas de Mata Atlântica. Entretanto, as atividades a que essas famílias tradicionalmente se dedicam têm sido dramaticamente prejudicadas pelos eucaliptais.



Os problemas remontam à década de 1970, quando a Aracruz Celulose deu início ao processo de aquisição de áreas na região. Naquela época, segundo um relatório da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) no Espírito Santo, entidade que presta assessoria às comunidades quilombolas de Sapê do Norte, o número de famílias que viviam na região era bastante superior ao atual. Porém, os moradores se queixam de falsas promessas – e até de práticas de coação – feitas pela empresa para se apoderar das terras ocupadas pelas comunidades de Sapê do Norte, o que fez com que diversas famílias abandonassem os territórios em que viviam. Depois de décadas, a partir de relatos dos moradores das comunidades, a entidade levantou que ao menos 120 córregos tiveram seu fluxo drasticamente reduzido, o que teria provocado um empobrecimento dos solos e o comprometimento das atividades agrícolas desenvolvidas pela população local.

“A produção de farinha e beiju ainda resiste em parte das comunidades, apesar da dificuldade de produção da mandioca”, afirma Daniela Meirelles, geógrafa e técnica da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Até mesmo as tradicionais casas de farinha são impactadas pela **invasão de cupins** provenientes dos eucaliptais. “Essa difícil condição de produção agrícola tem levado as famílias a uma triste condição de **insegurança alimentar e nutricional**, conforme identificado em relatório publicado em 2009 pelo Conselho de Defesa do Direito da Pessoa Humana, ligado à Presidência da República”, completa Daniela.

A fim de driblar os problemas de geração de renda, muitas pessoas da comunidade tentam produzir **carvão vegetal** a partir das sobras das árvores de eucalipto, o que tem provocado outro grave problema social na região de Sapê do Norte. O carvão, obtido a partir do **trabalho degradante** realizado por famílias inteiras, é comercializado com atravessadores que, posteriormente, repassam a produção para as siderúrgicas de ferro-gusa instaladas no Espírito Santo e em Minas Gerais. Além disso, lideranças das comunidades locais se queixam de que vigilantes particulares das empresas não permitem a extração das sobras de madeira nos eucaliptais. “Sofremos uma **criminalização** muito grande. Eles [os seguranças] chamam a polícia e dizem que somos ladrões. E a polícia acaba ficando do lado deles porque ainda não temos o título da terra”, relatou Luzinete Serafim Landino, da comunidade São Domingos, uma das que fazem parte do conjunto quilombola de Sapê do Norte.

Assim como os índios tupiniquins e guaranis que conquistaram suas áreas tradicionais, os quilombolas de Sapê do Norte também reivindicam perante os órgãos competentes a **demarcação de seus territórios**. Das 34 comunidades quilombolas que compõem Sapê do Norte, 25 já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, ligada ao governo federal. Trata-se do primeiro passo necessário para o reconhecimento do direito à terra. Porém, até o momento, apenas uma delas, chamada de Serraria/São Cristóvão, no município de São Mateus, foi efetivamente contemplada. No apagar das luzes do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro de 2010, foi criado o território com 1.219 hectares. No momento, outras quatro comunidades quilombolas encontram-se em processo de titulação.

Para debater o tema

O tema desta cartilha pode gerar debates interessantes em sua comunidade, principalmente se ela é afetada pela expansão das plantações de pinus e eucalipto. Se você é professor ou professora, pode aproveitar esse assunto atual para levantar a reflexão em sala de aula sobre meio ambiente, modelo de desenvolvimento, comunidades tradicionais, entre outros temas. São diversas as abordagens possíveis. Aqui listaremos algumas ideias.

DEBATE: PRÓS E CONTRAS

Divida os participantes em dois grupos e realize um debate. De um lado, um grupo defende a expansão do eucalipto. De outro, os participantes se posicionam contrariamente. A ideia é que cada grupo apresente uma boa argumentação com base nos dados e informações apresentadas nesta cartilha (e em outras fontes que os participantes podem pesquisar), para que seja possível analisar os impactos das plantações.

FLORESTAS OU MONOCULTURAS?

Pesquise na internet ou em revistas fotografias de vegetações nativas, como a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica e o Cerrado. Use as imagens de plantações de eucalipto apresentadas nesta cartilha e peça aos participantes para estabelecerem comparações. Qual a diferença entre a vegetação nativa e as áreas de “reflorestamento”? Em todos os casos estão representadas florestas? A diferença entre florestas nativas e monocultivo de eucalipto e pinus, apresentada na página 6, pode ser um bom ponto de partida para iniciar a discussão sobre impactos ambientais.

EUCALIPTO X COMUNIDADES TRADICIONAIS

Com base nesta cartilha, é possível discutir os impactos nas comunidades tradicionais afetadas pelas plantações de eucalipto, a partir do caso Mapito (página 16) e dos casos de Minas Gerais e Espírito Santo (página 20). A área plantada de eucalipto é grande ou pequena? Como as empresas conseguem grandes extensões de terra? As terras onde hoje há eucalipto estavam desocupadas? Quem habitava a região e há quanto tempo? Qual a diferença entre o tipo de cultivo de eucalipto e o modo de produção das comunidades? E a diferença na relação com a terra e com a natureza? As comunidades têm resistido? Como o poder público tem se posicionado?

TRABALHO ESCRAVO

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego apontam para o crescimento de libertações de trabalhadores em plantações de eucalipto e pinus. Faça leitura do caso apresentado na página 9. Em que condições os trabalhadores foram encontrados? Por que ferem os direitos trabalhistas? Por que violam dois direitos essenciais do ser humano: a dignidade e a liberdade? Quais os riscos para a saúde do trabalhador? No caso das empresas terceirizadas, a responsabilidade sobre as relações de trabalho é delas ou das empresas que são diretamente beneficiadas por sua produção?

Adapte, crie e envie sugestões para a equipe do “Escravo, nem pensar!” por email escravonempensar@reporterbrasil.org.br ou em nosso site www.escravonempensar.org.br.

O **“Escravo, nem pensar!”** é um programa educacional coordenado pela ONG Repórter Brasil. Tem como missão: diminuir, por meio da educação, o número de trabalhadores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste aliciados para o trabalho escravo na Amazônia e no Cerrado brasileiros; difundir o conhecimento a respeito de tráfico de pessoas e de trabalho escravo rural contemporâneo como forma de combater essa violação dos direitos humanos; promover o engajamento de comunidades vulneráveis na luta contra o trabalho escravo. Para isso, o programa realiza formações de educadores, de gestores públicos de Educação e de lideranças populares, produz materiais didáticos e metodologias, realiza e apoia festivais e concursos culturais sobre o assunto, articula a formação de uma rede entre participantes de diferentes regiões do país e apoia o desenvolvimento de iniciativas locais de prevenção ao trabalho escravo.

O **Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis**, outro projeto da ONG Repórter Brasil, é uma das principais referências no país em pesquisas e informações sobre o comportamento das culturas agroenergéticas (cana de açúcar, soja, mamona, dendê etc.) e dos agrocombustíveis (etanol e biodiesel), e sobre seus impactos socioambientais, trabalhistas, fundiários e econômicos. Suas pesquisas têm repercutido em veículos de comunicação de grande abrangência e sido usadas como referência por universidades brasileiras e estrangeiras e por empresas nacionais e multinacionais.

A **Repórter Brasil** é uma organização não-governamental fundada em 2001 e é uma das principais fontes de informação sobre trabalho escravo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias educacionais têm sido usadas como instrumentos para combater a escravidão contemporânea, um problema que afeta milhares de brasileiros. Sua missão é identificar e tornar públicas situações que ferem direitos trabalhistas e causam danos socioambientais no Brasil, visando à mobilização de lideranças sociais, políticas e econômicas para a construção de uma sociedade de respeito aos direitos humanos, mais justa, igualitária e democrática.

Esta cartilha apresenta os impactos da expansão do **monocultivo de eucalipto e pinus** no Brasil. Nela, são identificados os principais atores envolvidos nos conflitos que decorrem das plantações dessas duas árvores, relacionados ao acesso a terra, água e recursos naturais.

A cartilha foi elaborada pelo programa *Escravo, nem pensar!* com base em pesquisa do *Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis*, projetos da **ONG Repórter Brasil**, e impressa com o apoio do **Instituto Rosa Luxemburg Stiftung**.



Instituto
Rosa Luxemburg
Stiftung

